



*As datas entre colchetes foram arbitradas de acordo com os acontecimentos relatados nos discursos*

---

Nº: 18

Título: Simpósio no Copacabana Palace.

Expositores: Professor Bandeira Estampa, desembargador Murta Ribeiro, secretário de Justiça de Pernambuco, Sílvio Pessoa, representante da Argentina, governador Francisco Negrão de Lima.

Local: Estado da Guanabara Duração: 27 minutos.

Data: 11/12/1967

Sumário: Discursos de abertura de simpósio sobre os problemas e soluções para o sistema penitenciário. O professor Bandeira Estampa comenta que organizar o simpósio foi iniciativa do governador Negrão de Lima. Explica que o simpósio não tinha preocupações acadêmicas, mas um sentido prático, de fornecer ao governo da Guanabara o que havia de mais moderno no campo do sistema penitenciário. Foram convidados representantes da Europa, América Latina e Estados Unidos para debaterem os temas do simpósio. Foram chamados também representantes de diversos estados do Brasil. O professor espera que após o seminário fosse criado um sistema penitenciário melhor. Explica que seriam necessárias condições materiais para a execução das penas, que não deviam ter o conceito ultrapassado de pena castigo. Considera que se deveria odiar o crime, não o delinquente. Assinala que se deveria buscar ver o que havia de homem no homem que cometeu um crime. Espera que entrasse na cadeia o criminoso e sáísse o homem que vivia no criminoso, pois a cadeia deveria transformar o homem delinquente em um homem que não iria mais cometer crimes. Elogia o governador Negrão de Lima por promovera o simpósio. O desembargador Murta Ribeiro diz que iria falar atendendo à solicitação do secretário de Justiça da Guanabara, Cotrin Neto. Comenta que recebeu o convite para participar do simpósio e viu pelo programa que a proposta era procurar dar solução ao problema penitenciário. Diz que seria importante que o juiz tivesse uma certa liberdade para decidir qual a pena que o criminoso deveria cumprir, mas que o mais importante seria como a pena iria ser executada. Acrescenta que o sistema de pena progressiva vinha sendo adotado, mas não de maneira satisfatória porque faltavam estabelecimentos penais apropriados. Elogia o governador Negrão de Lima por buscar uma solução para o problema penitenciário no estado. Acredita no sucesso do seminário e argumenta que o objetivo principal da pena era recuperar o delinquente. Elogia os participantes do simpósio. Afirma que simpósios como aquele ajudariam a resolver os problemas penitenciários brasileiros, fazendo com que fosse atingido o conceito finalístico da pena. O secretário de Justiça de Pernambuco, Sílvio Pessoa, menciona que se sentia honrado por falar em nome dos outros participantes e em nome do seu estado. Congratula-se com o governo da Guanabara pela iniciativa do simpósio. Comenta a que o Brasil era marcado pela obsessão do desenvolvimento econômico, e que era animador que alguns governos, como o da Guanabara, se voltassem para os problemas sociais e resolvessem fazer investimentos neste setor. Crítica os que consideravam não ser vantajoso investir no sistema penitenciário. Fala que a situação do sistema penitenciário em Pernambuco era grave e que a solução não era apenas construir mais cadeias. Acrescenta que tinha sido implantado e estruturado um novo sistema penitenciário, dando ênfase à formação dos funcionários que nele trabalhavam e que existia também uma preocupação com a formação profissional dos presos. Conta que se sentia envergonhado pela casa de detenção de Recife que tinha capacidade para 350 presos, mas que já contava com mais de mil. Por isso, assinala, estava sendo construída mais uma penitenciária. Diz-se entusiasmado e emocionado ao ver os participantes do simpósios, profissionais experientes, que não haviam perdido o ânimo, na busca por uma solução para o problema penitenciário. Também considera que a cadeia tinha o objetivo principal de recuperar o preso, antes que ele retornasse à sociedade. Congratula-se com o governador e com o secretário de estado da Guanabara. Pedro de (?) O representante da Argentina fala em nome dos países convidados a participar do simpósio. Diz que se sentia honrado por ter recebido o convite e que, em muitos aspectos, os problemas eram semelhantes. Assinala que esperava que o simpósio contribuísse para a resolução dos problemas penitenciários. O governador Francisco Negrão de Lima declara encerrada a cerimônia de abertura do simpósio. Dá as boas vindas aos convidados e manifesta a certeza de que o simpósio traria novas luzes para iluminar o caminho no que se refere ao sistema penitenciário.

Temas: Sistema penitenciário, simpósio, justiça, cadeias.

---

Nº: 149



Título: Palestra sobre a Cidade do Rio de Janeiro no Clube Ginástico Português

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Data: 11/08/1987

Sumário: O prefeito faz uma palestra sobre a estrutura administrativa da Prefeitura, suas atribuições, e sobre o plano de seu governo para as distintas áreas. O prefeito Marcos Tamoyo diz que a Prefeitura contava com 7 Secretarias, Planejamento, Pessoal, Administração e Fazenda. Educação, Saúde, Obras e Turismo. Continua, dizendo que a COMLURB, que tratava do lixo, era subordinada à Secretaria de Obras, e a Riotur, empresa de turismo, era subordinada à Secretaria de Turismo. Fala que a Secretaria de Obras construiu 54 unidades hospitalares e 760 escolas, a maior Rede Municipal Hospitalar e Educacional do Brasil, além de todas as instalações da Prefeitura. Contabiliza, ainda, a micro drenagem, pavimentação das ruas, fora a rede de logradouros, que eram estradas de responsabilidade do Estado. Conta que a secretaria tinha menos poder que a anterior do estado da Guanabara e que seria necessário investir em transporte de massa. Menciona que o Rio de Janeiro era o polo turístico do Brasil, recebia 80 % do Turismo do país. Fala que a Prefeitura investira no turismo e o investimento mais importante até então era o CIFE-RIO, Centro Internacional de Feiras e Exposições do Rio de Janeiro, que deveria ser inaugurado em dois anos, com feira de equipamentos e com um congresso de radiologistas. Comenta que o Rio tinha a melhor rede hoteleira do Brasil, e que, até o fim daquele ano, teria o único aeroporto supersônico da América do Sul. Explica que sol, praia, eram a marca registrada do Rio de Janeiro. Fala que o Centro de Feiras e Exposições era o que faltava. Afirma que o congresso interessaria aos turistas que poderiam descontar o gasto do imposto de renda. Diz que as exposições também eram importantes. Conta que incentiva as áreas de lazer, e que faria a conclusão do Parque do Flamengo. Fala que estava desapropriando um terreno em Paquetá para abrigar um Centro Cultural e um hotel e da necessidade de incentivar o turismo marítimo. Conta que iria construir um parque no subúrbio, com divertimentos aquáticos, com piscinas enormes, em Bangu. Comenta que o município herdara do estado da Guanabara 16 hospitais e 38 unidades de saúde pública. Cita o Centro de Saúde, Instituto de Veterinária, que eram unidades satélites. Comenta que dos 16 hospitais, 4 eram o Pronto-Socorro: Souza Aguiar, Miguel Couto, Paulino Werneck e Salgado Filho. Explica que a decisão da divisão dos hospitais entre estado e município foi tomada por questões geográficas. Comenta os problemas da saúde, diz que médicos, enfermeiros e auxiliar de enfermagem ganhavam muito pouco. Fala da possibilidade de desapropriar um prédio próximo ao Miguel Couto para melhorar o atendimento. (remanejamento do Miguel Couto). Coloca sua esperança no ISS que seria assim distribuído: 36% Educação - 18% Saúde - 23% Obras. Cita a Secretaria de Educação do município de São Paulo, que tinha 270 escolas e 14 mil funcionários e compara com a do Rio de Janeiro, com 800 escolas e 40 mil funcionários. Fala que o município só tinha o primeiro grau e o pré-escolar. Menciona a retirada do lixo que estava relacionada ao preço da gasolina e ao do óleo diesel. Explica que havia criado a taxa de lixo por conta do encarecimento do serviço, pois o depósito de lixo estava cada vez mais longe. Menciona a estrutura do município do Rio de Janeiro - TURISMO-EDUCAÇÃO - OBRAS - SAÚDE - COMLURB - RIOTUR - Comenta que o empréstimo para 1976 estava quase certo e que estava confiante para aquele ano. Faz um pedido de ajuda aos banqueiros: "que estes tenham empresas prósperas, pois o Rio terá uma municipalidade próspera caso tenha empresas fortes" - O prefeito recebe uma lembrança em nome do clube.

Temas: Estrutura administrativa, atribuições das secretarias, orçamento

---

Nº: 162

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo no Clube Militar - 25º Aniversário da ADESG (Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra)

Expositores: Marcos Tamoyo recebe homenagem da ADESG e participa como expositor de mesa composta pela universitária Edite, que auxiliou na operação Piauí 70, pelo prof Francisco Anchieta de Melo, pelo brigadeiro Alcides e pela prof Ilda.)

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 04/08/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo faz uma retrospectiva das iniciativas de seu governo e de sua vida na administração pública. Em palestra na ADESG o prefeito trata dos feitos de sua administração nas áreas de saúde, educação e transporte urbano de massa. Enumera como realizações de seu governo a revisão do Código de Obras, a necessidade de um levantamento aerofotogramétrico para atualizar os

dados da Prefeitura, pois os impostos eram cobrados de acordo com informações ultrapassadas; a Lei de Garagem que determinava que para cada cinco apartamentos deveriam ser construídas três vagas, uma vez que os prédios de Copacabana eram construídos sem garagem. Afirma que o Rio de Janeiro possuía a maior rede de escolas municipais do Brasil, com 800 escolas para 800.000 alunos. Diz que mais de 50% do orçamento era gasto com educação e que pretendia dar gratificações para professoras: Gratificação de Dificil Acesso e de Regência de Turma.

Temas: Saúde, educação, transporte de massas, Congresso da ASTA.

---

Nº: 163

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo no Clube Militar – 25º aniversário ADESG

Data: 04/08/1976

Local: Rio de Janeiro - RJ

Sumário: Discursa José Maria de Moraes Barros (general) e faz uma homenagem cercada por inúmeros elogios à figura do prefeito Marcos Tamoyo. Marcos Tamoyo narra a história da curta função que a cidade do Rio de Janeiro passou a ter, quando, de estado, passou a ser Rio-Município do Rio-Estado, uma situação ímpar na história. Explica que a cidade do Rio já foi Distrito Federal, passou por Município Neutro e depois estado, até a situação de então, uma forma totalmente diferente de tudo que já acontecera em termos de administração. Ressalta que não houve tempo, após a fusão ocorrida, de estruturar a Prefeitura nos cinco meses que antecederam ao 11 de março de 1975. Diz que o trabalho tinha sido grande, mas que só tinha dado para estruturar o estado. Comenta que a Prefeitura havia nascido em 15 de março de 1975, com apenas um funcionário (o prefeito), e que, a partir de então, foram utilizados os que tinham passagem na estrutura do estado. Fala de sua biografia e da relação que a mesma tinha com a cidade; destaca que a sua formação, a engenharia, tinha possibilitado a ele percorrer todas as funções possíveis na área, enquanto homem que prestava serviço público. Em seguida, cita os números que compunham a então Prefeitura, seu corpo administrativo, as secretarias, as autarquias, as empresas que prestavam serviços direto à Prefeitura etc. Exemplifica, dizendo que após a junção do Estado da Guanabara e do Estado do Rio, formando uma mesma administração, a Prefeitura passou a contar com um montante de 75.000 funcionários e menciona como esse novo quadro burocrático, daí em diante, atingira a questão da arrecadação, da verba destinada à Prefeitura e à implementação das políticas públicas. Depois do orçamento público o prefeito passa a discutir as condições urbanísticas relacionadas ao transporte público, destaca o problema do adensamento populacional verificado em Copacabana e a necessidade de implantação de um sistema de transporte de massa. Afirma que no quadro traçado incidia um outro problema, o do transporte individual, o automóvel. Destaca o prefeito que as ruas foram planejadas para um loteamento familiar, e não para o que se via.. Praças pequenas existiam frente a um público-alvo que passou a ser os edifícios e não mais as casas, como pensado inicialmente. Em seguida, fala um pouco sobre as secretarias e o papel de cada uma na constituição da receita da Prefeitura, como elas faziam a arrecadação, como se estruturavam os seus aparelhos, seus eventos. Depois, discute a saúde pública e como ficou dividido, entre a Prefeitura do município e o estado, o conjunto de hospitais que formavam a Rede Pública de Saúde. Promete, inclusive, reformas para o setor, fosse no âmbito da medicina curativa, fosse no âmbito da medicina preventiva, e afirma que para isso a Prefeitura tinha estabelecido convênios no sentido de arremeter mais verbas. Ao comentar sobre as obras e as atribuições do município e do estado, ressalta que cabia ao primeiro implementar as obras de menor envergadura, enquanto ao segundo caberiam as obras de maior fôlego, ou seja, que exigiam maior orçamento, maiores recursos. E que eram também atribuições do governo federal. Comenta que o mesmo valia para as políticas de conservação dos imóveis, como era o caso dos prédios da Rede Pública de Ensino, ou do sistema de saúde e que, nesse sentido, a Secretaria Municipal de Obras Públicas tinha um papel fundamental. Passando à iluminação pública, discute a preservação, bem como as condições da mesma, feitas pela empresa de iluminação Light; em seguida menciona o programa de asfalto, sua aplicação e intensificação no chamado Grande Rio. E por fim, fala da Secretaria de Educação, que, a seu ver, era a instância mais dispendiosa da Prefeitura, porque estava incumbida da maior Rede Municipal de Ensino de 1º Grau do Brasil, três vezes maior do que a de São Paulo-município. Para o ano seguinte sua estimativa era de que a Prefeitura do Rio contasse com 800.000 alunos, o que acabava por ser um número maior do que a população de Curitiba ou de Belém (PA). Cita, entre as iniciativas da Secretaria (Educação), a criação do Bolsa da Obrigatoriedade Escolar, que de modo simples, obrigava a Prefeitura a prestar ensino para as crianças, mesmo em instituições particulares, caso não houvesse escolas da

Prefeitura próximas à residência do aluno. Caberia, aos pais, entretanto, apresentarem o comprovante de matrícula, demonstrando, assim, o vínculo do aluno com o estabelecimento de educação, pois do contrário não receberiam o benefício destinado a seus filhos. Toca, ainda, nas questões da merenda escolar e da remuneração do professor, assim como nas gratificações necessárias. Enfim, menciona várias questões que, na sua opinião, poderiam ser solucionadas, em parte, através de concursos.

Temas: Educação, bolsa de obrigatoriedade escolar, gratificações, magistério

---

Nº: 185

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo na Associação de Servidores Civis do Brasil.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 19/09/1976

Sumário: Discurso do prefeito Marcos Tamoyo no dia do Funcionalismo Público. O prefeito Marcos Tamoyo diz que acredita na mão de obra do funcionalismo público. Empreende um histórico do jovem município que contava com 75 mil funcionários públicos, dados obtidos no Censo do Funcionalismo Municipal, sendo que 45 mil pessoas estavam no ramo do magistério municipal. Até o fim de 1976 diz que chegaria a 800 escolas, com cerca de 800 mil alunos; que o orçamento do município destinava 45% ao ensino de 1º grau que, somados com os 18% da saúde, atingiam 63% da receita municipal. Fala que o Plano Urbanístico tinha sido atualizado, novas leis haviam sido criadas, e acrescenta que a cidade não crescia apenas com posturas, decretos etc., mas que era preciso que houvesse receita para que isso pudesse ser feito. Afirma que tinha orgulho em estar ali, que também era funcionário público, pois entrara como topógrafo e era prefeito.

Temas: Funcionalismo público, estatísticas de quadro de pessoal, plano urbanístico.

---

Nº: 201

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo, no Clube Militar. Curso de Extensão Cultural da Mulher

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e participantes

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 05/11/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo discorre sobre as realizações de sua gestão e responde a perguntas formuladas pelos presentes. Narra as inúmeras iniciativas suas na Prefeitura e os obstáculos que impediam algumas medidas que trariam benefícios à população. Reafirma a importância do turismo para a economia da cidade do Rio de Janeiro e elenca as medidas destinadas a impulsioná-lo, tais como reinauguração do aeroporto do Galeão e incentivo à realização de congressos internacionais na cidade. Diz da importância do investimento em cultura, em saúde, no professorado, em educação infantil e na alimentação dos alunos, e espera com essas medidas reduzir o número de reprovações. Fala sobre as obras do metrô, sobre a despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas e sobre os centros habitacionais.

Temas: Melhorias urbanas, educação, saúde, turismo, despoluição, construção de parques, lazer.

---

Nº: 290

Título: Palestra na Universidade Gama Filho – Prefeito Marcos Tamoyo abre 2º grupo - temas gerais.

Lado A

Lado B: gravação inaudível

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 30 minutos.

Data: 29/06/1978

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo diz que conseguiu empréstimos com maior facilidade do que recursos do governo federal e que sempre deixava claro quais as atribuições do estado e dos municípios.



Diz que o estado não tinha como sustentar uma capital cara como o Rio de Janeiro. Afirma que o sistema tributário nacional não fazia sobrar o necessário para as capitais e seu sucessor teria que lidar com o limite do endividamento do Rio de Janeiro. Perguntado sobre o problema da habitação, como a Prefeitura pretendia melhorar a situação da periferia da cidade, responde que existiam favelas que eram urbanizáveis, como a do Jacarezinho, e que havia áreas onde a construção era mais barata. Refuta os que diziam que estava elitizando as construções e diz que, se pudesse, mandava parar de construir em Copacabana, como não podia, "elitizava" da seguinte maneira: apartamento com 2 quartos deveria ter duas vagas na garagem e assim por diante. Fala que isso para ele não era elitizar, era uma espécie de mais valia, que não recebia em dinheiro, mas naquilo que Copacabana mais precisava: vagas de garagem. Continua assinalando que as casas eram baratas, de acordo com a localização, que garantia o direito de propriedade privada, pois viviam em uma sociedade capitalista. Diz que fora contra a fusão, porém, que era evidente que no momento em que ela era abençoada pelo governo federal, tinha que estar tudo bem. Afirma que as atribuições municipais da próxima administração teriam que ser feitas a fundo perdido, porque ele acelerara o processo de endividamento, já que não encontrara receptividade no fundo perdido. E continua: "eu sou empresário, também sei arrumar dinheiro, mas acabou. Porque a cidade é cara demais para o estado bancar. O Rio é uma mulher cara para um marido pobre. Mas este marido tem futuro, não está desempregado não!" Sobre o turismo, diz que a cidade na sua gestão tinha um carnaval organizado e que a imagem do Rio no exterior, em função disso, era muito positiva. Finaliza falando que a cidade crescera violentamente e que poderia mostrar os dois grandes implementos feitos pela sua administração, o Riocentro e o Autódromo.

Temas: Orçamento, habitação, turismo, carnaval.

---

Nº: 291

Título: Palestra na Universidade Gama Filho – Prefeito Marcos Tamoyo abre 2º grupo - temas gerais.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 60 minutos.

Data: 29/06/1978

Sumário: O prefeito diz que as cidades vinham crescendo em uma velocidade impressionante nos últimos anos e que a Prefeitura era o órgão público mais próximo do cidadão, por isso compara o trabalho do prefeito ao de um síndico. Em seguida, Tamoyo define os parâmetros de qualidade de vida adotados pela Prefeitura: alimentação, habitação, saúde, lazer e serviços (segurança, transporte, água, luz, telefone, esgoto). Fala que as entidades responsáveis por garantir estes parâmetros eram dos níveis federal, estadual, metropolitano e municipal. Adianta que a Prefeitura tinha quatro secretarias de meio (Administração, Planejamento e Fazenda) e quatro de fim (Obras, Turismo, Educação e Saúde) À pergunta sobre qual o maior problema enfrentado pela Prefeitura, fora a falta de recursos, responde que a prioridade da Prefeitura era a educação e que mais da metade dos recursos do orçamento iam para a educação. Diz, ainda, que a merenda nas escolas era um atrativo para as crianças pobres e menciona a importância da bolsa de obrigatoriedade escolar, mas afirma que muitos pais preferiam não utilizá-la, porque as escolas particulares não ofereciam merenda. Reconhece que o salário das professoras era baixo, mesmo com as gratificações, mas justifica dizendo que eram quase 30.000. Confirma que um dos problemas mais graves da cidade era a segurança, que não era responsabilidade da Prefeitura. Aponta outro grave problema, o transporte de massas, que por não ser eficiente acabava provocando disparidades na ocupação do solo. Por fim, concebe o crescimento populacional acelerado como mais um problema. À pergunta sobre o que fazia a Prefeitura para integrar o homem ao verde, Tamoyo diz que investia muito nisso e que já construiria várias praças e parques. Continua, dizendo que o lazer no Rio de Janeiro deveria ser à noite, preferencialmente, por causa do calor. Por isso tinha investido na iluminação de praças e parques e promovido atividades nesses logradouros. Atesta que a região da cidade que mais recebera investimentos em lazer tinha sido o subúrbio. E que em Campo Grande fora criado um centro de esportes para atender às crianças pobres. A Zona Sul, segundo Tamoyo, não precisava de centros esportivos porque tinha muitos clubes e uma população de maior poder aquisitivo. Afirma que introduzira a palavra lazer no vocabulário da população carioca. À pergunta sobre poluição responde que o Rio tinha um índice alto de poluição, que estava associado a um problema de falta de educação. Tamoyo reclama da poluição sonora. À pergunta sobre a decadência de São Cristóvão, diz que um dos motivos para a decadência do



bairro tinha sido a falta de planejamento urbanístico, que o bairro era aristocrático e por isso atraía muitas indústrias que, por sua vez, acabaram afastando a população do bairro. À pergunta sobre a limpeza dos parques na Zona Sul, que estavam muito sujos, responde que pretendia fazer uma campanha educativa. E diz que o subúrbio era muito mais limpo do que a Zona Sul, ressaltando que as ruas do subúrbio eram varridas uma vez por dia, enquanto algumas ruas da Zona Sul eram varridas 6 vezes por dia. Tamoyo menciona um decreto que obrigava as lanchonetes a ter um funcionário responsável por varrer a calçada em frente ao estabelecimento, porém enfatiza que o problema era a falta de educação e que não havia lei que resolvesse isso. Quanto à greve nos hospitais, diz que considerava a reivindicação dos residentes exagerada, explicando que o governo federal aumentara o salário dos residentes para 7.000 cruzeiros, tendo como base o salário dos médicos federais. Mas, como os médicos da Prefeitura ganhavam 4.600 cruzeiros, os residentes não poderiam ganhar 7.000 cruzeiros, porque eles tinham que ganhar menos que os médicos. Por isso, a proposta do prefeito era aumentar o salário dos residentes, mas não ao ponto de se igualar ou ultrapassar o salário dos médicos municipais. Uma professora da Zona Rural diz que uma das principais causas de evasão escolar em sua escola residia nos problemas de saúde. Ela diz que faltavam médicos, remédios, ambulâncias, e que não havia possibilidade de se fazer exames. O prefeito reconhece o problema e diz que a Prefeitura estava construindo mais casas de saúde na Zona Rural. Mas lembra que estes centros eram de medicina preventiva e não curativa. No entanto, promete aumentar os investimentos na saúde dos alunos dessas escolas. Diz que em comparação com o resto do Brasil, o Rio de Janeiro estava muito bem. À pergunta sobre qual o critério utilizado na fusão para determinar o que era estadual e o que era municipal, diz que isto fora definido por um grupo de trabalho comandado pelo governador Faria Lima e que ele recebera o que seria da cidade sem opinar. Marcos Tamoyo espera que o próximo prefeito fizesse a transferência do Teatro Municipal para a Prefeitura.

Temas: Educação, bolsa obrigatoriedade escolar, merenda, fusão, medicina preventiva, habitação, poluição

---

Nº: 292

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo – Parque Garota de Ipanema - Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo – Universidade Cândido Mendes – 1ª parte.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórter

Local: Parque Garota de Ipanema – Ipanema - Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 3 minutos.

Data: 03/07/1978

Sumário: O prefeito afirma que as obras não deveriam demorar mais do que 5 meses e o repórter pergunta sobre os sargentos que moravam no local onde iria ser construído o parque. Tamoyo responde que não havia problema, porque os sargentos estavam se mudando aos poucos e não iriam atrapalhar as obras. O repórter pergunta sobre a insatisfação dos moradores do Catumbi com a permuta da Prefeitura, porque eles não seriam beneficiados e o aluguel que eles pagavam não conseguiriam em outro lugar. Tamoyo diz que havia uma inversão no enfoque, porque a permuta com a Caixa, trocando a área do Arpoador pela área do Catumbi, fora feita com a intenção de serem construídas casas populares no Catumbi. Diz, ainda, que considerava uma grande solução e que moradores do Catumbi teriam prioridade na compra das novas casas. O repórter pergunta se a praça ficaria aberta à noite e Tamoyo responde que faria um teste e se tudo desse certo atenderia à solicitação. Sobre o surf à noite, o prefeito diz que não se opunha, desde que fosse garantida a segurança de quem assistia e de quem praticava. O repórter pergunta o que o prefeito faria em 1979 e Tamoyo retruca dizendo que seria presidente da Grande Rio Prédios e Imobiliária. O repórter pergunta se a Feira da Providência seria no Riocentro e Tamoyo responde que ainda não sabia, mas garante que não seria mais na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Temas: Parque Garota de Ipanema, permuta de terrenos, surf, lazer, Feira da Providência.

---

Nº: 293

Título:



Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo – Encontro com a Administração da Cidade do Rio de Janeiro - Universidade Cândido Mendes – 2ª parte.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórter.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 90 minutos.

Data: 03/07/1978

Sumário: Marcos Tamoyo afirma que o Brasil era um país predominantemente urbano e que 70% da sua riqueza eram produzidas na cidade; diz que considerava ruim o excessivo aumento populacional que ocorria no Brasil, principalmente nas grandes cidades. Fala que era contrário ao regime socialista que governava para o Estado e que o regime brasileiro governava para o homem. Para Tamoyo, as funções básicas para o bem-estar do homem eram alimentação, habitação, saúde, educação, lazer e serviços e que estas eram funções dos governos federal, estadual, metropolitano e municipal. Fala que as secretarias municipais eram divididas em: secretarias de atividade meio, secretarias de atividade fim: Planejamento, Educação, Administração, Obras (COMLURB), Fazenda, Saúde, Turismo (Riotur e Riocentro). Explica que havia também duas assessorias: Assistência Social e Administração Regional. Ao estudante que pergunta se a Lagoa Rodrigo de Freitas pertencia ao estado ou à Prefeitura responde que o saneamento da Lagoa era responsabilidade do estado, mas a urbanização ao seu redor era responsabilidade da Prefeitura. Continua dizendo que a solução para o problema de saneamento da Lagoa seria restituir o oxigênio que era perdido pela deterioração de algas de vida curta, que nasciam no fundo da Lagoa, e se decompunham de maneira anaeróbia, absorvendo oxigênio, causando a mortandade dos peixes. Diz, ainda, que mesmo não sendo de sua responsabilidade, oferecera 5 milhões de cruzeiros, metade do custo, para o projeto de saneamento da Lagoa. Assinala, também, que entre as responsabilidades da Prefeitura em relação à Lagoa estavam a delimitação de seu perímetro e a ocupação da área ao seu redor. E que a Prefeitura utilizara essa área para construir quadras poliesportivas e criar mais uma área de lazer para a cidade, inclusive com o parque da Catacumba, onde estava sendo montada uma exposição permanente de esculturas ao ar livre. A outro estudante que pergunta sobre o risco dos clubes localizados na Lagoa se expandirem, responde que o Piraquê e o Caiçaras eram tombados e por isso não podiam aumentar a sua extensão e que retirara uma ilha da Lagoa para evitar que ela fosse ocupada. A outra pergunta sobre a viabilidade da fiscalização de processos nocivos à Lagoa através de associações de bairro, o prefeito considera que a comunidade tinha muito mais poder do que a autoridade se tivesse consciência da sua força, mas que cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, por serem muito grandes e terem em sua população muitos forasteiros, acabavam não tendo uma participação efetiva de sua população nas questões de interesse público. Cita o caso de uma praça em Bangu, que fora depredada menos de dois meses depois de ser inaugurada, como exemplo da falta de espírito comunitário da sociedade e da falta de organização das pessoas para agirem de forma comunitária. Fala, então, sobre o planejamento urbano feito pela Prefeitura, através do Pub Rio, que determinava como deveria ser a ocupação do solo. Diz que a tendência da cidade era chegar ao nível de Londres, onde grupos comunitários discutiam com a Prefeitura a ocupação do solo. Um aluno pergunta se a solução deste problema não estava em ensinar às crianças nas escolas a preservar a cidade e Tamoyo concorda, mas diz que era difícil, porque as crianças não preservavam nem a escola onde estudavam, apesar do esforço dos professores em educá-las. Comenta que os cariocas tinham a mentalidade de que tudo deveria ser resolvido pelo governo e se eximiam de qualquer responsabilidade; reclama da sujeira nas ruas, diz que a avenida Nossa Senhora de Copacabana tinha que ser varrida seis vezes ao dia e que o crescimento acentuado da população dificultava a tarefa de educá-la. Fala que na Europa as cidades tinham uma população estabilizada, em alguns casos até decrescente, mas no Rio ocorria o contrário, dificultando o trabalho da Prefeitura. É aparteado por um aluno que diz que o problema da falta de educação começava em casa e não na escola. Tamoyo concorda, mas argumenta que a Prefeitura não poderia interferir na educação que os pais davam aos seus filhos, só poderia agir na escola. Um ouvinte alerta para o perigo da quantidade de pombos em Copacabana, que futuramente poderia acarretar doenças para população. Tamoyo diz que iria estudar o problema em busca de solução. Fala que o presidente da COMLURB era reconhecido mundialmente por sua competência, mas diz que a população precisava ajudar a Prefeitura no combate à poluição. Tamoyo afirma que o subúrbio era mais limpo do que a Zona Sul. O prefeito diz que o Rio de Janeiro recebia 13% do ICM do estado do Rio de Janeiro e quando pertencia ao estado da Guanabara o Rio de Janeiro recebia 100% do que era arrecadado com o ICM. Um estudante pergunta se a redução do IPTU atrairia mais empresas para a cidade. Tamoyo responde que não, porque o valor do IPTU era muito baixo, diz que havia outras formas de incentivo, como terrenos mais baratos em núcleos industriais, tais como Bangu e Santa Cruz. Ele afirma que não poderia haver leilão entre os estados para atrair indústrias. Outro aluno pergunta se existia o risco de o Rio ficar igual a São Paulo por causa da quantidade de indústrias. O prefeito responde que não, porque o planejamento urbano feito pela Prefeitura impedia que isto acontecesse e cita como exemplo o veto da Prefeitura a um projeto



de construção de uma fábrica da Michelin, porque a fábrica seria construída em uma área residencial. Sobre a poluição da Guanabara responde que a FEEMA estava fazendo estudos para reduzir o problema, e que, levando em conta o seu tamanho, o Rio de Janeiro era uma das cidades mais limpas do mundo. Tamoyo afirma que a desativação dos incineradores contribuiu para a diminuição da poluição na cidade. Sobre a urbanização da Barra, diz que estava tudo sendo feito conforme o plano inicial de Lúcio Costa, que havia núcleos de espigões a cada quilômetro e que, entre estes núcleos, eram construídas apenas casas. Por isso, a densidade de ocupação da Barra seria 1/3 da de Copacabana. Tamoyo diz que havia transformado o planejamento de Lúcio Costa em lei e que a urbanização da Barra já passara por três administrações. Sobre a obra realizada próximo ao Parque Lage, responde que a obra era perfeitamente legal e fora aprovada pelo IPHAN e por técnicos do Parque Lage. Sobre o terreno comprado pela Prefeitura no Arpoador diz que faria um parque no local. À reclamação do abandono da estrada das Canoas, Tamoyo atribui o abandono à falta de interesse de empresários em explorar comercialmente o local. Diz que não iria colocar iluminação no local para não atrair pessoas e, conseqüentemente, ter que providenciar segurança. À pergunta sobre a exploração de transporte marítimo na cidade, fala que o Rio de Janeiro deveria investir mais neste tipo de transporte e que iria estudar a viabilidade de um projeto nesse sentido. À sugestão de que fosse cobrado um IPTU mais caro para quem possuísse mais de um imóvel e um IPTU mais barato para quem só possuísse um, o prefeito diz que o valor venal cobrado pela Prefeitura estava muito abaixo do valor do mercado, e que se a Prefeitura passasse a cobrar o valor de mercado iria arrecadar muito mais, mas também iria receber muito mais reclamações. Tamoyo diz que a Prefeitura estava apenas iniciando um trabalho e que, se seguisse a proposta do estudante, o aumento iria ser repassado pelo proprietário para o inquilino, mas que futuramente a ideia poderia ser adotada.

Temas: Poluição, educação, IPTU, saneamento, gabarito, plano Lúcio Costa etc.

---

Nº: 294

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo – Universidade Gama Filho.

.Expositores: Marcos Tamoyo e estudantes.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Duração: 60 minutos.

Data: 04/07/1978

Sumário: Debate de Marcos Tamoyo com os estudantes da Universidade Gama Filho sobre problemas que afligem o Rio de Janeiro. Tamoyo diz que seu objetivo não era dar uma aula, pois não era professor em Administração Urbana, não era professor dessa ciência moderna: urbanologia, urbanismo, que representava, em termos de pesquisa, a “arrumação” das pessoas nos centros urbanos. Diz que a cada dia isso ficava mais importante porque estava aumentando o número de pessoas nas cidades, que já tinham 2/3 da população em ambiente urbano e 1/3 em ambiente rural. Esclarece que a Prefeitura dividia com mais três entidades a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida da população: o governo federal, o governo estadual e o governo metropolitano. Continua dizendo que as primeiras metas para melhoria na qualidade de vida eram a alimentação, a habitação, a saúde, a educação, o lazer, os serviços (transporte, segurança, luz, gás, telefone, lixo, etc). Afirma que a meta era o homem, a cidade era feita por ele e para ele e que esses seriam os itens que deveriam ser atingidos no espaço urbano para que a população pudesse ter uma boa qualidade de vida. À pergunta de como era feito, a nível municipal, o planejamento urbano, se tinha algo a ver com o arcabouço que era o ente nacional, Tamoyo responde que coincidiam as metas e os objetivos, que convergiam para a qualidade de vida, e que no governo municipal as diretrizes chegavam ao detalhe do planejamento nas áreas em que a Prefeitura atuava: educação, obras, saúde e turismo. Acha que esse último era fundamental para o Brasil, pois o Rio era a fonte de atração internacional. Fala que o planejamento municipal era feito nessa base, com uma retaguarda dirigida pelo governo federal. E dava como exemplo a habitação. Diz que não havia governo que oferecesse casa de graça, mesmo porque o dinheiro do BNDES era o dinheiro do Fundo de Garantia do operário. À pergunta sobre os buracos em Copacabana, diz que eles eram feitos para suprir as necessidades do adensamento populacional. (energia, esgoto, telefone, água, etc.) e que Copacabana tinha ficado assim porque não contava com meios de transporte para obrigar as pessoas a morar afastado do centro da cidade e que esse superadensamento criava uma necessidade de infraestrutura. O Prefeito destaca que a fiação, tubos de esgoto e água já estavam desgastados e precisavam ser trocados e que os planos feitos anteriormente tinham enriquecido a Prefeitura de informações, mas não resultaram em mudanças significativas na urbanização da cidade. Assinala que o terceiro Plano da Cidade fora feito pela sua administração, o





primeiro no Brasil e o mais completo que era o PUB-RIO (Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro). Fala que a segunda parte seria a Zona Norte, pois o problema de adensamento populacional que a Zona Sul sofria, a Zona Norte não tinha, de maneira que considerava a Zona Norte mais privilegiada do que a Zona Sul. Afirma que a Zona Norte era muito mais limpa que a Zona Sul e ressalta que a avenida Nossa Senhora de Copacabana era varrida seis vezes ao dia e não se conseguia mantê-la limpa. Diz que se preocupava com o lazer na cidade do Rio de Janeiro e ilustra dizendo que, na última audiência pública, dois meninos vieram pedir-lhe uma pista de skate em Campo Grande. Ressalta a preocupação da Prefeitura com a iluminação das áreas de lazer, para que as famílias pudessem se divertir com segurança, à noite. À pergunta sobre outdoor responde que tudo na cidade seguia a legislação que era chamada de Postura Municipal. Garagem, armazém, comércio, tudo obedecia à Postura Municipal, e que ele fizera um código para outdoor, pois ainda não existia, era livre, e que era evidente que nas áreas turísticas eles eram proibidos. Enfatiza que andava pelas ruas fiscalizando e anotando tudo. Diz que antes de anunciar a lei tinha perguntado aos representantes quantos outdoor eles tinham na região da antiga fazenda da Catacumba. Afirma que tinha contado 72, porque passava por ali duas vezes ao dia e só se lembrava de 4 anúncios, ou seja, existia uma manifestação de propaganda que acabava não anunciando nada, por conta da poluição visual. Enfatiza que se não abrisse o olho, a linha férrea, mesmo sendo proibido, teria um outdoor ao lado do outro. Ressalta que não estava permitindo a colocação de outdoor na frente das favelas para esconder as mazelas sociais, que na verdade estava proibido colocar cartaz na frente das favelas. Denuncia que todas as perguntas não se referiam à municipalidade, que a premissa era falsa, pois pela Constituição do Estado o problema das favelas era estadual, a Prefeitura não tinha nenhuma ingerência, nem poderia ter. Diz que a Companhia Estadual de Habitação e a Fundação Leão XIII eram estaduais; que a problemática da habitação era estadual, que era um abacaxi do tamanho de um bonde, mas tinha que ser municipal, porque o homem que cuidava da favela do Rio, cuidava da favela de Campos, de Barra Mansa, de Volta Redonda, e assim não era possível. Em São Paulo era da municipalidade, mas avisa que não fora ele quem havia montado a estrutura da Prefeitura, que ela fora programada e projetada pelo grupo de trabalho da Fusão, que era do governo estadual. Ressalta que não era intenção dele deixar que novas favelas surgissem, mas que era muito difícil controlar, uma vez que a favela era formada pela oferta de emprego nos grandes centros urbanos, e nem sempre era formada por pessoas que não teriam condições de comprar uma casa em um local adequado. Afirma que a favela de morro era uma favela saudável e que a favela à beira mar, como a da Maré, era que se instalava em locais que ofereciam risco para a saúde. À pergunta se existia alguma continuidade de algum planejamento anterior ao seu governo, Tamoyo responde que o plano Lúcio Costa fora feito no governo Negrão de Lima, passara pelo governo Chagas Freitas sem ser tocado e que o PUB Rio também tinha acervo usado em outros planos. Fala que como os centros urbanos já estavam bem desenvolvidos, e uma das formas era o respeito àquilo que era bom. À pergunta sobre as Companhias de Prestação de Serviço, Tamoyo recapitula; água, esgoto, lixo, transporte, telefone, cada companhia tinha um órgão fiscalizador, fosse no nível municipal, federal ou estadual. E exemplifica: o telefone era fiscalizado pelo governo federal, água e esgoto eram dois serviços mais importantes. Continua, dizendo que todos podiam perceber que gradativamente a tendência era a de estatização das empresas prestadoras de serviço. A expansão permanente da ocupação do espaço geográfico dificultava a manutenção. As empresas que prestavam serviço, menos uma, eram governamentais. O choque era entre a expansão e a manutenção. À pergunta sobre a legalidade da taxa de lixo, responde que era superlegal, pois já estava no Supremo Tribunal, e que não era cara, uma vez que ela não chegava a manter o serviço, a Prefeitura ajudava com uma parcela muito grande para que a COMLURB pudesse sobreviver. Adenda que não existia uma maneira mais prática de cobrar a tarifa do lixo do que por meio do metro quadrado da construção e que nos apartamentos e casas muito grandes realmente acontecia um certo encarecimento, mas que não fora encontrada ainda uma forma de aferir o lixo. Diz que se o lixo fosse medido por tambor, pelo conhecimento que se tinha da população, as ruas seriam mais sujas do que já eram, porque aí ninguém botava o lixo tendo que pagar o tonel, colocava na rua e botava o tonel vazio. Só pagava a tarifa do lixo quem produzia lixo. Fala que tinha muita gente sendo cobrada judicialmente e que quanto mais demorava a pagar, mais caro ficava, e que teve muito deputado aconselhando às pessoas a não pagarem, e que ele sugeria que agora essas pessoas deveriam procurá-los para ajudar no reembolso do prejuízo. À pergunta de como os estudantes podiam contar com a Prefeitura para fazer uma campanha na saúde, na alimentação, para que os homens pudessem desfrutar das áreas de lazer que a Prefeitura oferecia, Tamoyo acrescenta que em termos de campanha ele poderia dizer que estava sendo projetada uma campanha para manter a cidade limpa, que deveria haver educação para o lazer e educação social. Exemplifica que depois da Copa do Mundo tinha acontecido uma depredação generalizada e que o jogador de futebol Ananias ficara horrorizado com a depredação de uma praça de 25 mil metros quadrados. Diz que achava esta intervenção extremamente válida para despertar a população. Acrescenta que os banheiros do autódromo do Rio de Janeiro tinham sido depredados em



menos de uma hora após a inauguração e que levaram até a privada. Comenta que no dia anterior recebera o arquiteto Sérgio Bernardes, que havia projetado os Postos de Salvamento que estavam sendo construídos no Leblon, Ipanema e depois em Copacabana. E pergunta, sabe qual era o assunto? Responde: latrina. E que ele propôs colocar uma envolvida em concreto, para ver se não destruíam a latrina e que o Sérgio disse que se fosse envolvida com concreto seria mais difícil para repor, pois iriam destruir de qualquer jeito. Que o melhor era colocar uma leve, pois caso acontecesse alguma coisa teriam a possibilidade de colocar outra. E que ele se curvou à ideia do Sérgio. Fala que a educação deveria começar na família e a Prefeitura gastava uma fortuna com reposição. À pergunta sobre o que vinha sendo feito em relação à proteção do habitante da cidade do Rio de Janeiro. Tamoyo responde que a Polícia era um órgão afeto ao Estado e que a responsabilidade era da Secretaria de Segurança, mas que eles declararam que o efetivo era pequeno. Afirma que o Rio de Janeiro não era a capital da criminalidade que, às vezes, anunciavam por aí. À pergunta sobre se havia medidas efetivas para o controle das descargas industriais e de detritos sanitários, se havia programas de saneamento de áreas abrangidas pelo município, responde que o primeiro passo seria descobrir o zoneamento daquela área para saber onde poderia ser instalada a indústria e que saneamento era de responsabilidade da CEDAE, que em termos de esgoto sanitário a cidade estava indo por um caminho muito bom, com exceção das favelas. Acrescenta que quem cuidava do saneamento industrial era a FEEMA. Quanto à pergunta sobre a residência médica, responde que era uma forma de pós-graduação de Medicina, que envolvia a necessidade de uma experiência hospitalar. Adenda que o governo municipal não tinha uma escola de Medicina, mas tinha uma rede hospitalar muito atraente para os residentes. Conclui afirmando que houve um acréscimo de vagas para residente, pois fora aberto um novo hospital, o Salgado Filho. Desmente que existisse exploração do residente, pois o que se pagava a ele era uma bolsa e que não cabia à Prefeitura modificar essa realidade, uma vez que não tinha autoridade sobre o ensino da Medicina.

Temas: Saneamento, educação urbana, residência médica, taxa do lixo, planos urbanísticos, publicidade, qualidade de vida, depredação.

---

Nº: 298

Título: Prefeito Encerra Palestra na Cândido Mendes

Expositores: Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 20 minutos

Data: 13/07/1978

Sumário: O prefeito elogia a iniciativa do debate, pioneira na história governamental e universitária. Diz que foram feitas mais de 360 perguntas, que foram computadas, gravadas em vídeo tape, e que incomodamente iriam ficar martelando na memória social do Rio de Janeiro e do Brasil. Fala que a palavra polivalente tinha à universidade, a interdisciplinaridade estava ali e que o curso não estava acabando e sim começando. Marcos Tamoyo diz que queria "entrar em campo e sair com a bola", tamanha a dedicação que teve para com o fórum de debates. Explica que não acreditava que nenhuma universidade estivesse procurando associar a política da cultura à política da educação. Diz que com aquele conjunto - que iria proporcionar, ao lado da biblioteca e da livraria, uma galeria de arte, um teatro experimental, um centro de memória social, um cinema, cada vez mais saindo do circuito comercial para entrar no circuito artístico - talvez se pudesse vencer a barreira da legislação que ainda inibia na área federal, para se chegar ao cinema de arte e documentário. Comenta que pela legislação aprovada no dia anterior iria ser possível, nas salas de memória social brasileira, dedicar um espaço permanente às realizações da Prefeitura, nas quais ele se inseria. Seguem-se os agradecimentos dos alunos da faculdade Cândido Mendes Ipanema. Marcos Tamoyo agradece aos alunos e a seu amigo Cândido Mendes, que havia mencionado que aquela maratona fora fruto de uma sua ideia, o que era verdade. Que Cândido Mendes fora o primeiro educador a batalhar por coisas da cidade e que o debate era sempre muito lucrativo para todos, que a cidade precisava dos estudantes. Fala que seria preciso que fosse feita a conscientização de todas as gerações, que a ideia nascera da vocação muito oportuna de Cândido Mendes de erguer a Universidade da Cidade e que a possibilidade do debate havia se apoiado na capacidade os jovens que o acompanhavam, na primeira Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Conclui dizendo que a cidade do Rio de Janeiro resistia a tudo e que ele costumava dizer que o Rio era: "Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima."

Temas: Importância do debate entre a administração pública e os estudantes



Nº: 300

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo na Universidade Gama Filho

Expositores: Entrevistador e prefeito Marcos Tamoyo

Local: Piedade - Rio de Janeiro - RJ

Duração: 20 minutos

Data: 25/07/1978

Sumário: Em palestra na Universidade Gama Filho, o prefeito conversa com os alunos sobre problemas e soluções para a administração municipal. Perguntam a ele como a Prefeitura pretendia manter a mão de obra qualificada e não qualificada, necessárias para atender às atividades indispensáveis? Marcos Tamoyo responde que estava aguardando que o estado fizesse seu plano de classificação para que ele, em seguida, fizesse o do município. Fala que a meta da Prefeitura era, a partir do momento em que o estado apresentasse sua lista de classificação de cargos, apresentar a do município. Ressalta que naquela época gastavam 45% da receita da Prefeitura com pessoal, mas enfatiza que o percentual era baixo, porque tinham engordado a receita com empréstimos e com dinheiro a fundo perdido que tinham recebido, e que, se não fosse isso, o percentual aumentaria para a média nacional, que era de 60 a 65%. De maneira que a melhoria salarial dentro do município só poderia ser dada com o plano de classificação. Perguntam sobre a abertura e fechamento de buracos federais, estaduais, municipais e particulares (risos). Marcos Tamoyo assegura que iria fechar os buracos, mas que, a respeito de obras feitas na avenida, em ruas, a companhia de gás ia lá, fazia uma obra e abria um buraco e que estava a cargo da companhia fecha-lo. Destaca que no caso específico do gás ficaria a cargo de uma companhia estadual e que, para tal, havia um convênio, a companhia aterrava e a usina de asfalto da Prefeitura fazia o recapeamento. Sobre a greve dos médicos residentes, explica que estavam fazendo muita falta nos hospitais municipais e que a falta que eles faziam tinha dois aspectos: a falta de presença física, pois auxiliavam bastante os hospitais e faziam uma falta que ninguém mencionou, e que como tinha ido aos hospitais desfalcados ao longo a greve, tinha sentido que a ausência dos residentes trazia aos médicos (chefes de clínica e dos médicos que transmitiam aos residentes o ensino prático) uma chama diminuída de interesse. Então, enfatiza, a presença dos residentes nos hospitais criava nos médicos mais antigos um desejo de atualização, de pesquisa, que rejuvenesce ou mantém viva a chama da Medicina. Afirma que isso não lhe contaram, que ele tinha visto. Considera que o convívio com médicos experientes era supersaudável e produtivo para o desenvolvimento do trabalho hospitalar. Perguntam se a Prefeitura teria condições de readmitir 400 médicos. Marcos Tamoyo responde que a Prefeitura tinha 390 residentes e que se se multiplicasse 390 por 4.680 cruzeiros, que era o valor de cada médico, evidentemente chegariam a um número que não caberia no orçamento do governo. E explica que se tivesse que suprir o número de médicos faria isso com um número compatível com a economia da administração municipal. Avisa, no entanto, que mantinha a esperança de que chegariam a uma solução. Lembra que havia poucos dias, Tamoyo dissera que o governo federal poderia suplementar a bolsa dos residentes, e que o governo estadual não havia aceito. Seria viável somente a Prefeitura assumir essa posição? Marcos Tamoyo responde que em momento algum ele tinha dito que o governo federal poderia suprir a diferença na bolsa. Menciona que foi procurado pelos residentes que lhe tinham comunicado que o Ministério da Educação estaria sensível a uma solicitação deles para uma suplementação de bolsa que complementasse os 7 mil cruzeiros e tinham pedido a ele que encaminhasse a solicitação ao ministro da Educação. E que ele tinha respondido que poderia encaminhar o pedido ao ministro se eles voltassem a trabalhar, e que eles não tinham voltado. Fala que nunca dissera que o governo federal poderia suprir, que foram os residentes que pediram que ele fizesse o encaminhamento. Agradecem ao prefeito pela disponibilidade e fazem a entrega de uma recordação em nome da universidade. Marcos Tamoyo passa à leitura: " A universidade recebeu a visita do prefeito Marcos Tamoyo, acompanhado do secretariado municipal, na abertura do Ciclo de Debates sobre Administração Municipal. Cidade do Rio de Janeiro." Agradece a todos.

Temas: Médicos residentes, greve, plano de cargos e salários

---

Nº: 301

Título: Palestra do Prefeito Marcos Tamoyo sobre Administração Municipal - Universidade Cândido Mendes – 1ª fita.

Expositores: Marcos Tamoyo e alunos.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 75 minutos.

Data: 25/07/1978

Sumário: Tamoyo diz que pretendia debater, pois não tinha o intuito de dar aulas. Diz que as cidades cresciam assustadoramente em termos de população e que desde o século passado se estudavam maneiras de organizar as pessoas nos locais em que elas se agrupavam. Fala que a urbanologia, o urbanismo, rotulava as pesquisas sobre como organizar melhor a vida nas cidades, que a tecnologia ajudava nessa questão, que a cidade era feita pelo homem e para o homem, que esta era a principal meta. Diz que iria alinhar rapidamente um quadro sobre as metas para a qualidade de vida e que as entidades que cuidavam disso eram: o governo federal, o governo estadual, o governo metropolitano e o governo municipal. Fala que essas quatro entidades se responsabilizavam pela administração urbana. Em seguida, pergunta aos estudantes: Quais eram os parâmetros básicos da qualidade de vida? Ele mesmo responde que o primeiro era a alimentação, depois vinham habitação, saúde, educação, lazer, serviços, além de segurança e transportes. À pergunta sobre se o imposto predial era a maior fonte tributária do município, Tamoyo responde que não, que o imposto sobre serviços era o que mais arrecadava tributos. À pergunta sobre a ideia de desapropriar umas oito casas da rua Barão de Bom Retiro, para alargá-la até chegar à Saúde, Tamoyo responde que quando se estudava uma artéria daquela importância, fazia-se um projeto de alinhamento (P.A.) e que o alargamento era orientado a partir do alargamento progressivo. Explica que a cada demolição deveria ser feito um novo alinhamento e recuo. Ubirajara de Souza pergunta quais eram as providências para o treinamento e qualificação dos funcionários da organização municipal e Tamoyo responde que quando era secretário de obras, no governo Carlos Lacerda, estudara na ESPEG ( Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara) e que, com a fusão, essa escola ficara para o governo estadual, mas que a Prefeitura se recuperaria desse desfalque. Explica que existia um centro de treinamento de pessoal e que ele havia descentralizado esses cursos, inclusive havia inaugurado um curso desses em Campo Grande, na semana anterior, e que a melhoria da qualidade do funcionalismo público era evidente. À pergunta se a preocupação gerencial de cima para baixo era a mesma, responde que sim, que havia bolsas de estudo para todos. Explica que o acervo do Arquivo Municipal estava em cima de uma serraria e de uma gráfica, jogado na entrada da Quinta da Boa Vista, e que a Prefeitura estava construindo um prédio para o arquivo que era uma beleza, situado na avenida Presidente Vargas, e estava enviando um pessoal de administração de arquivo para a Espanha, para se especializar. Explica que o Rio também mandava seu pessoal para dar cursos em outros lugares, como o secretário de Fazenda, o de Administração, o presidente da COMLURB, que não paravam de sair do Rio para dar palestras. Adianta que nos quatro primeiros anos depois da fusão, o governo transferira para a municipalidade muito mais dinheiro emprestado do que dinheiro a fundo perdido, porque esses eram os dois componentes que abasteciam a receita municipal extratributária. Explica que se comparassem as tabelas, podia-se perceber que a Prefeitura pegara muito mais dinheiro emprestado do que a fundo perdido e com isso esgotara o limite de endividamento, que era uma medida de segurança. À pergunta sobre se já existia algum projeto para uma possível concentração populacional na Barra, Tamoyo responde que a concentração populacional da Barra da Tijuca era controlada pelo plano Lúcio Costa e que a CEDAE estava com um projeto para a Barra, mas como a ocupação daquele bairro ainda era muito rarefeita, muito distribuída, os licenciamentos só seriam feitos para os conjuntos quando o empresário apresentasse uma central de tratamento de esgoto, uma mínima estação de tratamento. Diz que não havia problema de esgoto nas construções legalmente construídas na Barra, as ilegais não tinham, como em qualquer lugar do Rio. À pergunta sobre favelas, Tamoyo responde que, depois da fusão, o problema das favelas tinha ficado na mão do governo estadual e que cabia à Fundação Leão XIII e à CEHAB que atendiam às casas a custo baixo. Acrescenta que a Prefeitura só se envolvia nos casos de favelas em encostas, pois muitas favelas tinham que ser removidas às pressas, uma vez que as encostas não aguentavam a carga dos barracos. De modo que era um problema estadual. À pergunta sobre o emissário do Leblon, diz que o que ele sabia era que estava funcionando normalmente, que a água às vezes ficava turva, mas não era contaminada, já que não apresentava nenhum detrito ou bactéria, e que essa informação vinha dos diretores da CEDAE e da Secretaria de Obras do Estado. À pergunta sobre construções em área de reserva florestal, Tamoyo responde que não contava com um fiscal parado em cada local da reserva para proteger a área, mas quando era descoberta a infração a Prefeitura tomava as providências necessárias. À pergunta sobre a construção próxima ao Parque Lage, Tamoyo diz que a obra era totalmente legal, que passara pelo IPHAN, pela Prefeitura e pelo Conselho de Planejamento Urbano do antigo estado da Guanabara. Adianta que o dono da construção havia mudado de ideia e, ao invés de prédio residencial, queria fazer escritórios.

À pergunta sobre a cobrança de taxa de lixo, Tamoyo retruca que era tarifa, mas diz que pretendia cobrar a taxa domiciliar do lixo, que a cidade não era a mais limpa do mundo, mas estava bem mais limpa. À pergunta sobre se o lixo iria ser usado na produção de gás, fala que o lixo que seria usado era o da avenida Brasil, o que traria 20% de economia. Diz que o aterro sanitário ainda era uma das opções nas grandes cidades. À pergunta sobre tombamentos, explica que o direito de tombamento era do Poder Executivo municipal, estadual ou federal, que a Prefeitura poderia tomar, mas não naquele momento, porque o Conselho de Tombamento não tinha sido aprovado, até aquela data, pela própria Câmara Municipal.

Temas: Planejamento urbano, capacitação profissional, saneamento, tarifa de lixo, favelas, reserva florestal, tombamento, administração municipal.

---

Nº: 303

Título: 2º Fórum LINC – Laboratório Inv. Conceituais Sérgio Bernardes.

Expositores: Sérgio Bernardes, Marcos Tamoyo, Bruno Silveira.

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 20 minutos.

Data: 01/08/1978

Sumário: Discussão em torno de "solo criado " e do bônus patrimonial". Sérgio Bernardes inicia dizendo que faria um cotejo em que Mário Trindade desenvolveria a parte dos aspectos econômicos e financeiros do bônus patrimonial, que era a separação do direito de construir do direito de habitar. Avisa que nessa apresentação era importante que se discutisse com mais profundidade, e com apoio de empresários e do governo, o ponto de partida essencial, e que se buscasse uma economia de escala e que as cidades pudessem se concentrar nas duas apresentações referentes ao "solo criado " e ao bônus patrimonial", para evitar uma carga tributária maior. Marcos Tamoyo diz que desejava dar duas palavras de apoio a essa iniciativa de Sérgio Bernardes porque na rotina da vida moderna, principalmente no espaço urbano que crescia a cada dia, as pesquisas deste tipo de problema passavam a segundo plano, muito longínquo da frente de trabalho, da frente de batalha. Bruno Silveira aparteia afirmando que abriram o 1º fórum alertando que as reformas urbanas ocupariam a preocupação, no ano de 1978. Porém, logo surgiram declarações de entidades governamentais de que as reformas afetariam o desenvolvimento urbano, principalmente em relação ao uso do solo e à propriedade imobiliária urbana. Diz, ainda, que nessa oportunidade lembrou-se de trazer a público esse tema que afetaria a todos. Passa, então, a palavra ao doutor Domingos Teodoro, com experiência de vinte e cinco anos de planejamento e urbanismo, e que, desde 1974, participava das ideias do grupo de estudo do "solo criado".

Temas: "Solo criado " e bônus patrimonial"

---

Nº: 322

Título: Palestra: Modinha e Lundu – Paulo Tapajós – 2ª fita

Data: 03/08/1982

---

Nº: 323

Título: Palestra: Modinha e Lundu – Paulo Tapajós – 1ª fita

Data: 03/08/1982

---

Nº: 324

Título: Palestra: A MPB na Segunda Metade do Século XX – Ricardo Tacuchian

Data: 05/08/1982



Nº: 325

Título: Palestra: A MPB na Segunda Metade do Século XX – Ricardo Tacuchian

Data: 05/08/1982

---

Nº: 326

Título: Palestra: Da Casa Edson ao Advento do Rádio – Ary Vasconcelos – fita 2

Data: 10/08/1982

---

Nº: 327

Título: Palestra: Da Casa Edson ao Advento do Rádio – Ary Vasconcelos – fita 1

Data: 10/08/1982

---

Nº: 328

Título: Palestra: Dos Ranchos e Grandes Sociedades à Banda de Ipanema – Suetônio Soares Valença

Data: 17/08/1982

---

Nº: 329

Título: Palestra Escolas de Samba, suas origens e seu significado cultural – Raquel Valença – fita 2

Data: 19/08/1982

---

Nº: 330

Título: Palestra Escolas de Samba, suas Origens e seu Significado Cultural – Raquel Valença – fita 1

Data: 19/08/1982

---

Nº: 331

Título: Palestra Músicas de Carnaval, Esplendor e Declínio – Edgar Alencar - fita 1

Data: 24/08/1982

---

Nº: 332

Título: Palestra Músicas de Carnaval, Esplendor e Declínio – Edgar Alencar - fita 1

Data: 24/08/1982

---

Nº: 333  
Título: Palestra Retretas e Coretos – Ricardo Tacuchian – 2ª fita  
Data: 26/08/1982

---

Nº: 334  
Título: Palestra Retretas e Coretos – Ricardo Tacuchian – 1ª fita  
Data: 26/08/1982

Nº: 335  
Título: Palestra Indústria Cultural, Comunicação em Massa e Música Popular Brasileira – Roberto Moura  
Data: 31/08/1982

---

Nº: 336  
Título: Palestra: MPB e Censura: a canção latina e de protesto – Sérgio Cabral – 1ª fita  
Data: 02/09/1982

---

Nº: 337  
Título: Palestra: MPB e Censura: a canção latina e de protesto – Sérgio Cabral – 2ª fita  
Data: 02/09/1982

---

Nº: 343  
Título: Palestra Choro, Chorinho, Chorão - Ricardo Cravo Albim  
Data: 09/06/1983

---

Nº: 344  
Título: Palestra Choro, Chorinho, Chorão - Ricardo Cravo Albim  
Data: 09/06/1983

---

Nº: 345  
Título: Palestra O Espaço na Música Instrumental Brasileira - Tárík de Souza  
Data: 14/06/1983

---

Nº: 346  
Título: Palestra A MPB e o Disco - Jairo Severiano  
Data: 16/06/1983



Nº: 347

Título: Palestra As Relações entre o Músico e a Sociedade - Ilmar Carvalho

Data: 23/06/1983

Sumário: -

Temas: -

---

Nº: 349

Título: Palestra Orfeu do Carnaval e suas Conseqüências para a MPB – Haroldo Costa

Data: 28/06/1983

---

Nº: 350

Título: Palestra A Banda de Ipanema - Albino Pinheiro

Data: 30/06/1983

---

Nº: 385

Título: Palestra do Ministro Hélio Beltrão - Desburocratização.

Expositores: Ministro da Desburocratização, Helio Beltrão.

Local: Rio de Janeiro - RJ Duração: 65 minutos.

Data: 20/10/1980

Sumário: Palestra do ministro da Desburocratização sobre a importância de desemperrar a máquina pública. Trata-se de conferência de Hélio Beltrão, ministro do Ministério da Desburocratização, e da assinatura de quatro decretos pelo prefeito Júlio Coutinho. Os decretos diziam respeito à desburocratização. O ministro fala que vinha pregando o processo de desburocratização havia quarenta anos. Diz que a reforma administrativa federal de 1967 fora inspirada na reforma que ele havia feito na Guanabara. Explica que, como ministro da Desburocratização, tinha a competência para receber informações sobre a desobediência com relação ao decreto do Programa de Desburocratização e reclamar ou pedir informações ao órgão descumpridor. Afirma que desburocratizar não era apenas racionalizar, é acertar o exercício do poder, e que era por isso que o Programa de Desburocratização não teria êxito se não fosse do desejo do chefe do Executivo. Destaca que era uma ilusão tentar evitar a fraude através de lei ou decreto, que a fraude se punia, não se evitava. Continua dizendo que a fraude se verificava a posteriori, e que o que seria preciso era colocar o falsário na cadeia, e não aprisionar o honesto, dificultar a vida do honesto numa cadeia de documentos sem fim, baseados na desconfiança, que era uma das características mais marcantes da administração brasileira. Fala que era preciso inverter a presunção, era preciso reintroduzir na administração pública o princípio que vigorava na vida particular de que todos eram honestos até que se provasse o contrário. Ressalta que não estava dizendo que todos eram anjos e que não existiam falsários, mas que eles eram minoria e que todas as estatísticas provavam isso. Então, fala que o que seria preciso era praticar na vida pública o que se praticava na vida particular. Destaca que não se desconfiava das pessoas de saída, que ninguém saía pela rua e, quando era apresentado a uma pessoa, pedia a carteira de identidade para conferir. Fala que a vida particular seria um inferno se fosse baseada na presunção da desconfiança e que a administração pública era um inferno para todos os requerentes; que todo mundo se via obrigado a provar, todos os dias, que não estava fraudando, que não estava mentindo. Ressalta que confiar era um bom negócio para a administração, que desconfiar saía muito caro. Fala do terceiro preconceito, que era a mania de complicação, do formalismo, do papelório; que o brasileiro herdara a ideia de que tudo deveria ser escrito, que o falar não valia nada, não provava. Isto era o que estava na cabeça da administração pública e vinha de longe. Conta que estavam eliminando a ideia de que tudo deveria ser escrito, que falar também era bom negócio, que errar de boa fé era natural e era permitido ao funcionário. Enfatiza que outro receio do funcionário era o de delegar e perder o



controle, deixando que houvesse corrupção, mas a corrupção existia em qualquer organismo, portanto, não havia nenhuma razão para deixar de delegar, que era preciso correr o risco da descentralização executiva, porque o risco da centralização era muito maior. Continua afirmando que o risco da centralização era a desmoralização do governo, era a paralisação e isso, evidentemente, contrariava a natureza humana. Fala que existia um problema de concentração populacional que vivia com dificuldades e que o programa de desburocratização era muito mais barato. Cita um caso pitoresco que tinha aparecido na televisão, de um senhor que pedira a aposentadoria e não podia receber porque no papel constava que ele estava morto pois, quando a esposa dele falecera, ele tinha levado a certidão de casamento e na hora o funcionário errou e colocou que ele estava morto e não a esposa. Sendo analfabeto, ele não conferiu. E até então o "defunto" tentava se aposentar e não conseguia

Temas: Desburocratização, delegação de tarefas, descentralização, centralização, corrupção

---

Nº: 387

Título: Prefeito Júlio Coutinho Fala sobre Desequilíbrio Social e Violência - Convênio SMEC - Colégio Pedro II.

Expositores: Diretor do Colégio Pedro II, prefeito Júlio Coutinho.

Local: Rio de Janeiro - RJ

Data: 16/10/1980

Sumário: Assinatura de convênio entre a Prefeitura e o Colégio Pedro II para receber alunos egressos da Rede Municipal de Ensino. O mestre de cerimônias dá início à solenidade da assinatura do termo de ajuste que entre si celebravam a autarquia Colégio Pedro II e o município do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Educação e Cultura, a fim de ministrar o ensino da 5ª série do Primeiro Grau até a conclusão do 2º Grau aos alunos oriundos da Rede Escolar Municipal. O termo é assinado pelo prefeito e pelo diretor geral do Colégio Pedro II. O diretor geral do Pedro II diz que o colégio Pedro II se sentia mais uma vez honrado em estabelecer convênio entre o governo federal e as autoridades municipais, no sentido de uma complementação de ensino entre os meninos do 1º Grau do município que complementariam seus estudos no colégio Pedro II, motivo de muita satisfação e muita honra para o colégio. Afirma que a instituição, nos seus 143 anos de existência, receberia do município uma garotada, como já ficara demonstrado no ano anterior, capaz, cheia de vontade de aprender, enfim, uma garotada que correspondia exatamente àquilo que o Pedro II esperava e procurava, e que assim, felizmente, o Colégio Pedro II havia encontrado um meio de ter em suas fileiras os 7 anos de ensino. Júlio Coutinho, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, fala que estavam reunidos para assinar mais um convênio entre o governo federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo de continuar a experiência bem sucedida de integração da Rede Municipal de Ensino com o tradicional e reconhecido Colégio Pedro II. Lembra que a experiência tinha sido bem sucedida porque, no ano anterior, através do convênio existente, possibilitara-se que cerca de 1.100 jovens da Rede Municipal se integrassem ao sistema, a fim de completarem sua educação através do processo profissionalizante, e que pretendiam estender essa possibilidade a cerca de 1200 crianças do município. Diz que era uma notícia importante para educadores e para representantes dos diversos Distritos de Educação e Cultura que vinham, mais uma vez, como acontecera tantas vezes no passado, para manter contato, diálogo, assistir a mais uma iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura, referendada por todos os presentes. Assinala que a prioridade da administração do município seria o atendimento ao setor social da comunidade, tentando contribuir para evitar os desníveis que todos conheciam, e atenuar o desequilíbrio social que era flagrante na comunidade. Afirma que esse desequilíbrio social tinha diversas origens, sobre as quais a Prefeitura e a comunidade carioca tinham apenas responsabilidade com relação às consequências, que tinham diversos subprodutos e um deles preocupava muito, que era o aumento da violência urbana. Ressalta que era um fenômeno universal, que existiam registros do acréscimo da violência urbana em todos os grandes centros. Destaca que se fosse levado em consideração que, no ano 2000, os maiores centros urbanos do mundo seriam países em desenvolvimento, esse aumento da concentração urbana tinha um significado muito especial, porque trazia um desequilíbrio, e este geraria diversos subprodutos. Menciona que o que mais preocupava era a violência, mas originava também outros, e um deles era a injustiça social, que também era muito importante porque, por sua vez, iria contribuir para o aumento da violência urbana. Ressalta que eram atos como o de permitir que cerca de 1.200 crianças tivessem melhores oportunidades de participar como cidadãos da vida comunitária que fazia a diferença. Adenda que a única ressalva era que o convênio não fosse um convênio ilimitado, que se pudesse estender à totalidade das crianças do município. Afirma que a comunidade infantil que procurava a Rede Municipal de Ensino era constituída por cerca de 600 mil



crianças, que precisavam de uma oportunidade como a dada pelo convênio mas que, sem dúvida, o convênio era uma indicação, uma orientação que os motivaria a criar condições que contribuíssem decisivamente para atenuar o desequilíbrio social. Comenta que seria preciso adotar medidas a médio e longo prazo, mas também de curto prazo: aumentar a segurança e o patrulhamento das ruas, a fiscalização e a repressão à criminalidade. Porém, diz que entendia que medidas a médio prazo só se fariam sentir dentro de cinco ou dez anos, mas que deveriam ser tomadas também medidas de longo prazo, no sentido de identificar a razão das grandes migrações internas. Acha que seria preciso criar condições para que a migração interna fosse reduzida e que, mesmo em um pensamento mais ambicioso, para que houvesse uma inversão no fluxo de migração interna, e que grandes populações voltassem às suas origens e tivessem condições de vida equivalentes ou parecidas com as que esperavam ter nos grandes centros urbanos. Conclui dizendo que eram medidas a longo prazo, que talvez demorassem para ser implantadas e surtirem efeito. Mas, pondera que enquanto a comunidade e as administrações não tomassem, simultaneamente, as três medidas que ele havia mencionado, a longo, a médio e a curto prazo, a violência urbana e o desequilíbrio social dificilmente seriam reduzidos.

Temas: Convênio, educação, desequilíbrio social, violência urbana, migração interna.

---

Nº: 478

Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis

Data: 02/10/1984

---

Nº: 479

Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis

Data: 02/10/1984

---

Nº: 480

Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis

Data: 09/10/1984

---

Nº: 481

Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis

Data: 09/10/1984

---

Nº: 482

Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis

Data: 16/10/1984

---

Nº: 483

Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis

Data: 16/10/1984



Nº: 484  
Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis  
Data: 06/11/1984

---

Nº: 485  
Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis  
Data: 06/11/1984

---

Nº: 486  
Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis  
Data: 23/10/1984

---

Nº: 487  
Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis  
Data: 30/10/1984

---

Nº: 488  
Título: Ciclo de Palestras Machado de Assis  
Data: 30/10/1984

---

Nº: 536  
Título: Palestra em Comemoração ao 421º Aniversário da Cidade do Rio de Janeiro (1ª parte)  
Data: 25/03/1986

---

Nº: 537  
Título: Palestra em Comemoração ao 421º Aniversário da Cidade do Rio de Janeiro (2ª parte)  
Data: 25/03/1986

---

Nº: 538  
Título: Palestra em Comemoração ao 421º Aniversário da Cidade do Rio de Janeiro (3ª parte)  
Data: 25/03/1986



Nº: 601

Título: Palestra Arquivo das Índias – relato de uma Experiência Antônia Heredia Herrera

Data: 19/08/1991

---

Nº: 606

Título: Ciclo de Palestras - Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Os Letrados e o Poder no Rio do Século XVIII - Afonso Carlos Marques dos Santos - 1ª parte

Data: 03/09/1991

---

Nº: 607

Título: Ciclo de Palestras - Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Os Letrados e o Poder no Rio do Século XVIII - 2ª parte

Data: 03/09/1991

---

Nº: 608

Título: Ciclo de Palestras - Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - O Rio de Janeiro e o Movimento Operário – Eulália Lobo - 1ª parte

Data: 11/09/1991

---

Nº: 609

Título: Ciclo de Palestras – Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - O Rio de Janeiro e o Movimento Operário – Eulália Lobo - 2ª parte

Data: 11/09/1991

---

Nº: 610

Título: Ciclo de Palestras – Dez Anos de Renovação da História do Rio Lima Barreto e a Literatura Oficial – Prof. Ailton Benedito

Data: 19/05/1981

---

Nº: 611

Título: Ciclo de Palestras: A Cultura Negra em Questão

Data: 20/05/1980

---

Nº: 612

Título: Ciclo de Palestras: A Cultura Negra em Questão – 2ª parte



Data: 20/05/1980

---

Nº 613

Título: Ciclo de Palestras: A Cultura Negra em Questão-  
debate – 3ª parte

Data: 20/05/1980

---

Nº: 614

Título: Ciclo de Palestras: A Cultura Negra em Questão- debate –  
A Questão da Democracia Racial - 1ª parte

[Data:27/05/1980](#)

---

Nº: 615

Título: Ciclo de Palestras: A Cultura Negra em Questão- 1ª mesa redonda – O Negro na Música Popular  
Brasileira - 1ª parte

Data: 03/06/1980

---

Nº: 616

Título: Ciclo de Palestras: A Cultura Negra em Questão- 1ª mesa redonda – O Negro na Música Popular  
Brasileira - 2ª parte

Data: 03/06/1980

---

Nº: 617

Título: Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate

Mesa: Tempo e História: problemas de periodização na historiografia brasileira (1ª parte)

Data: 31/03/1980

---

Nº: 618

Título: Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate

Mesa: Tempo e História: problemas de periodização na historiografia brasileira (2ª parte) (lado 1)

Mesa: Perspectivas de Análise para a História Social Urbana – 1ª parte (lado 2)

Data: 31/03/1980 - 07/04/1980

---

Nº: 619

Título: Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate

Mesa: Perspectivas de Análise para a História Social Urbana – 2ª parte

Data: 07/04/1980

---

Nº: 620



Título: Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate –  
Mesa: Perspectivas de Análise para a História Social Urbana - 3ª parte  
Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate –  
Mesa: Perspectivas de Análise para a História Social do Trabalho – 1ª parte  
Data: 14/04/1980 - 14/04/1980

---

Nº: 621  
Título: Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate –  
Mesa: Perspectivas de Análise para a História Social do Trabalho – 2ª parte  
Data: 14/04/1980

---

Nº: 622  
Título: Ciclo de Palestras: A História do Brasil em Debate –  
Mesa: Espaço Urbano e Condições de Vida  
Data: 28/04/1980

---

Nº: 623  
Título: Ciclo de Palestras: A Escravidão em Debate – Historiografia e Linhas de Interpretação  
Mesa: – O Escravismo Moderno- 1ª parte  
Data: 19/05/1980

---

Nº: 624  
Título: Ciclo de Palestras: A Escravidão em Debate – Historiografia e Linhas de Interpretação  
Mesa: – O Escravismo Moderno- Palestrante: Ciro Flamarion Cardoso - 2ª parte  
Data: 19/05/1980

---

Nº: 625  
Título: Ciclo de Palestras: A Escravidão em Debate - Economia Política e Escravidão – Palestrante:  
Antônio Barros de Castro  
Data: 26/05/1980

---

Nº: 626  
Título: Ciclo de Palestras: A Escravidão em Debate – Dominação e Resistência – Palestrante: Lana  
Lage1ª parte  
Data: 16/06/1980

---

Nº: 627  
Título: Ciclo de Palestras: A Escravidão em Debate – Dominação e Resistência – Palestrante: Francisco  
Gomes - 2ª parte  
Data: 16/06/1980



Nº: 637

Título: Palestra Margarida de Souza Neves

Data: 30/09/1991

---

Nº: 640

Título: Memória Carioca – Debate – Uma Leitura de Vida: as diferentes raízes étnicas de um povo na Cidade Nova

Data: 04/08/1988

---

Nº: 641

Título: Memória Carioca – A República Aconteceu no Rio Coordenação Helena Corrêa Machado

Data: 01/11/1989

---

Nº: 642

Título: Mesa redonda A República Aconteceu no Rio – Imagens da República – 1ª parte

Data: 01/11/1989

---

Nº: 643

Título: Mesa redonda A República Aconteceu no Rio – Imagens da República – 2ª parte

Data: 01/11/1989

---

Nº: 649

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Da Capoeira ao Bamba – Luís Sérgio Dias Historiografia e Fontes para a História do Rio de Janeiro – Marieta Moraes Moreira – 1ª parte

Data: 08/10/1991

08/10/1991

---

Nº: 650

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Da Capoeira ao Bamba – Luís Sérgio Dias Historiografia e Fontes para a História do Rio de Janeiro – Marieta Moraes Moreira – 2ª parte

Data: 08/10/1991

08/10/1991

---

Nº: 652



Título: Palestra de Margarida de Souza Neves no Lançamento do Grupo de Trabalho de Pesquisadores em Instituições de Memória

Data: 28/11/1991

---

Nº: 657

Título: Palestra: Informação sobre Quadro de Fundos de Arquivos – Vicenta Cortez - 1ª fita

Data: 06/11/1991

---

Nº: 658

Título: Palestra: Informação sobre Quadro de Fundos de Arquivos – Vicenta Cortez - 2ª fita

Data: 06/11/1991

---

Nº: 659

Título: 3ª fita - Palestra: Informação sobre Quadro de Fundos de Arquivos – Vicenta Cortez – 3ª fita

Data: 06/11/1991

---

Nº: 660

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A Revista Ilustrada e outras Revistas Político-Artísticas do Século XIX – Marcus Tadeu Daniel Ribeiro – 1º parte

Data: 22/11/1991

---

Nº: 661

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A Revista Ilustrada e outras Revistas Político-Artísticas do Século XIX – Marcus Tadeu Daniel Ribeiro – 2º parte

Data: 22/11/1991

---

Nº: 662

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A França Antártica e a Disputa Colonial – Paulo Knauss – 1ª parte

Data: 12/11/1991

---

Nº: 663

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A França Antártica e a Disputa Colonial – Paulo Knauss – 2ª parte

Data: 12/11/1991

---





Nº: 664

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A Gazeta Lusitana: um testemunho da saga dos portugueses no Brasil – Maria Manuela Ramos de Souza Silva

Data: 26/11/1991

---

Nº: 665

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A Gazeta Lusitana: um testemunho da saga dos portugueses no Brasil – Maria Manuela Ramos de Souza Silva

Data: 26/11/1991

---

Nº: 670

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Pérola ou Dente Cariado – Marly da Silva Motta – 1ª parte

Data: 14/03/1992

---

Nº: 671

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Pérola ou Dente Cariado – Marly da Silva Motta – 2ª parte

Data: 14/03/1992

---

Nº: 672

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil lançamento de selo em homenagem a Tiradentes

Abertura: Conferência de Vicente Tapajós – 1ª parte Lançamento do selo dos Correios

Data: 22/04/1992

---

Nº: 673

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil

Conferência de Vicente Tapajós – 2ª parte

Data: 22/04/1992

---

Nº: 674

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil -

1ª sessão: Colônia – Coordenação Heloísa Bellotto

Palestra dos pesquisadores do Arquivo da Cidade – 3ª partes

Data: 22/04/1992

---



Nº: 675

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - Cont da sessão Colônia – 4ª parte

Data: 22/04/1992

---

Nº: 676

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - Cont da sessão Colônia – 5ª parte

Data: 22/04/1992

---

Nº: 677

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - 2ª sessão: Império – 6ª parte

Data: 23/04/1992

---

Nº: 678

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - 2ª sessão: Império – 7ª parte

Data: 23/04/1992

---

Nº: 679

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - 2ª sessão: Império – 8ª parte

Data: 23/04/1992

---

Nº: 680

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - 2ª sessão: Império – 9ª parte

Data: 23/04/1992

Sumário: -

---

Nº: 681

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - 2ª sessão: Império – 10ª parte

Data: 23/04/1992

---

Nº: 682

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - 2ª sessão: Império – 11ª parte

Data: 23/04/1992



Nº: 683

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - Encerramento – 12ª parte

Data: 24/04/1992

---

Nº: 684

Título: Encontro de Pesquisadores de História Administrativa do Brasil - Encerramento – 13ª parte

Data: 24/04/1992

---

Nº: 685

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – João Batista Ferreira de Mello – 1ª parte

Data: 28/04/1992

---

Nº: 686

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – João Batista Ferreira de Mello- 2ª parte

Data: 28/04/1992

---

Nº: 688

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Vadios, Jogadores, Mendigos e Bêbados no Rio de Janeiro – Marcelo Badaró Mattos – 1ª parte

Data: 12/05/1992

---

Nº: 689

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Vadios, Jogadores, Mendigos e Bêbados no Rio de Janeiro – Marcelo Badaró Mattos – 2ª parte

Data: 12/05/1992

---

Nº: 691

Título: Palestra: Laranjeiras: o berço do carioca – Nireu Cavalcanti

Data: 03/06/1992

---

Nº: 694

Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Painel Documento – Por Que Preservar?  
Abertura: Marika Mendes – 1ª parte  
Data: 13/07/1992

---

Nº: 695  
Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos: Documentos. Painel Por Que Preservar?  
Debate 1ª mesa: Júlia Belesse da Silva Lins, Gilson Cruz e Maria Luiza Oliveira – 2ª parte  
Data: 13/07/1992

---

Nº: 696  
Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos: Painel Segurança de Trabalho em Instituições de Memória – Cuidados Básicos Antônio Carlos Nunes Baptista, Luci Figueiredo, Abdon Alcântara - 3ª parte  
Data: 13/07/1992

---

Nº: 697  
Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos: Painel Segurança de Trabalho em Instituições de Memória – Cuidados Básicos Cont. Luci Figueiredo (FEEMA) – 4ª fita  
Data: 13/07/1992

---

Nº: 698  
Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos: Painel Segurança de Trabalho em Instituições de Memória – Cuidados Básicos - Cont. Abdon Alcântara e debate (FUNDACENTRO) – 5ª parte.  
Data: 13/07/1992

---

Nº: 699  
Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos Palestra: Papel permanente: etapas de fabricação – Raevy Garcia Griffó (Uniperson) – 1ª parte  
Data: 14/07/1992

---

Nº: 700  
Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Palestra: Papel: Identificação dos Agentes Agressores e Conservação – Carlos Augusto Silva Ditadi – (Arquivo Nacional) – 2ª parte  
Data: 14/07/1992

---



Nº: 701

Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos -Papel: Identificação dos Agentes Agressores e Conservação – Carlos Augusto Silva Ditadi – (Arquivo Nacional) – 3ª parte

Data: 14/07/1992

---

Nº: 702

Título: Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – A Importância da Fotografia como Fonte de Pesquisa – Lygia Segala – (M.N./UFRJ) – 1ª parte

Data: 15/07/1992

---

Nº: 703

Título: Palestra: Documentos Audiovisuais e Sonoros: fontes primárias de pesquisa – Com preservá-los? Sérgio Burgi – 2ª parte

Data: 15/07/1992

---

Nº: 704

Título: Palestra: Documentos Audiovisuais e Sonoros: fontes primárias de pesquisa – Com preservá-los? Sérgio Burgi – cont, 2ª parte

Data: 15/07/1992

---

Nº: 705

Título: Palestra: Programa de Preservação. Estabelecimento de prioridades – plano de desastres. Ingrid Beck – 1ª parte

Data: 16/07/1992

---

Nº: 706

Título: Palestra: Programa de Preservação. Estabelecimento de prioridades – plano de desastres. Ingrid Beck – 2ª parte

Data: 16/07/1992

---

Nº: 707

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Empresas e Empresários de Ônibus no Rio de Janeiro – 1906/1948 – Américo Oscar Guichard Freire – 1ª parte

Data: 14/07/1992

---

Nº: 708



Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Empresas e Empresários de Ônibus no Rio de Janeiro – 1906/1948 – Américo Oscar Guichard Freire – 2ª parte  
Data: 14/07/1992

---

Nº: 709

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A Conquista da Terra e a Conquista da Alma – as fazendas jesuíticas no Rio de Janeiro – Maria Laura Mariane da Silva Telles – 1ª parte  
Data: 28/07/1992

---

Nº: 710

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - A Conquista da Terra e a Conquista da Alma – as fazendas jesuíticas no Rio de Janeiro – Maria Laura Mariane da Silva Telles – 2ª parte  
Data: 28/07/1992

---

Nº: 711

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Conflitos e Tensões nas Ruas do Rio de Janeiro do 1º Reinado – Maria Gladys Sabina Ribeiro – 1ª parte  
Data: 11/08/1992

---

Nº: 712

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Conflitos e Tensões nas Ruas do Rio de Janeiro do 1º Reinado – Maria Gladys Sabina Ribeiro – 2ª parte  
Data: 11/08/1992

---

Nº: 713

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Meninos Maiores: o conflito da minoridade e maioria no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927 – Ana Lucia Eppinghauss Bulcão -1ª parte  
Data: 25/08/1992

---

Nº: 714

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Meninos Maiores: o conflito da minoridade e maioria no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927 – Ana Luci Eppinghauss Bulcão- 2ª parte  
Data: 25/08/1992

---



Nº: 715

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Restauração de Monumentos e Ambientes Históricos do Rio de Janeiro. Luís Verdugo – 1ª parte

Data: 29/09/1992

---

Nº: 716

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio - Restauração de Monumentos e Ambientes Históricos do Rio de Janeiro. Luís Verdugo – 2ª parte

Data: 29/09/1992

---

Nº: 717

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio – O Comércio de Abastecimento na Cidade do Rio de Janeiro – 1850-1880

Data: 13/10/1992

---

Nº: 718

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio – Hierarquização e Monopólio do Comércio da Cidade do Rio de Janeiro na Velha República – 1ª parte

Data: 27/10/1992

---

Nº: 719

Título: Ciclo de Palestras: Dez Anos de Renovação dos Estudos sobre o Rio – Hierarquização e Monopólio do Comércio da Cidade do Rio de Janeiro na Velha República – 2ª parte

Data: 27/10/1992

---

Nº: 742

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Abertura – Helena Severo – Secretária Municipal de Cultura

Arquivologia e Ciência da Informação: novas abordagens e perspectivas – Hagar Espanha Gomes, Maria Nélida Gonzales de Gomez, Maria Odila Fonseca, Lena Vânia Pinheiro, José Maria Jardim – 1ª parte

Data: 03/08/1993

---

Nº: 743

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Arquivologia e Ciência da Informação: novas abordagens e perspectivas – Hagar Espanha Gomes, Maria Nélida Gonzales de Gomez, Maria Odila Fonseca, Lena Vânia Pinheiro, José Maria Jardim – 2ª parte

Data: 03/08/1993

---



Nº: 744

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Arquivologia e Ciência da Informação: novas abordagens e perspectivas – Hagar Espanha Gomes, Maria Nélida Gonzales de Gomez, Maria Odila Fonseca, Lena Vânia Pinheiro, José Maria Jardim – 3ª parte

Data: 03/08/1993

---

Nº: 745

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Absorção de Novas tecnologias em Setores de Atividades Informacionais – Gilda Braga, Maria Nazaré Pereira, Clarice de Souza, Luiz Henrique Marcondes – 1ª parte

Data: 04/08/1993

---

Nº: 746

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Absorção de Novas tecnologias em Setores de Atividades Informacionais – Gilda Braga, Maria Nazaré Pereira, Clarice de Souza, Luiz Henrique Marcondes – 2ª parte

Data: 04/08/1993

---

Nº: 747

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Absorção de Novas tecnologias em Setores de Atividades Informacionais – Gilda Braga, Maria Nazaré Pereira, Clarice de Souza Luiz Henrique Marcondes – 3ª parte

Data: 04/08/1993

---

Nº: 748

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

A Formação Profissional em Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia – Aldo Barreto, Regina Marteleto, Rosa Inês Novaes Cordeiro, Vera Dodebel e Eliana Silva – 1ª parte

Data: 04/08/1993

---

Nº: 749

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

A Formação Profissional em Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia – Aldo Barreto, Regina Marteleto, Rosa Inês Novaes Cordeiro, Vera Dodebel e Eliana Silva – 2ª parte

Data: 04/08/1993

---

Nº: 750

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Políticas de Informação para a Cidadania – 1ª parte

Data: 05/08/1993





Nº: 751

Título: I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Políticas de Informação para a Cidadania – 2ª parte

Data: 05/08/1993

---

Nº: 752

Título: Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Políticas de Informação para a Cidadania – 3ª parte

Data: 05/08/1993

---

Nº: 753

Título: Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Lia Temporal Malcher, Jaime Antunes da Silva, Eliana Furtado de Mendonça, José Maria Jardim -  
1ª parte

Data: 05/08/1993

---

Nº: 754

Título: Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Lia Temporal Malcher, Jaime Antunes da Silva, Eliana Furtado de Mendonça, José Maria Jardim- 2ª parte

Data: 05/08/1993

---

Nº: 755

Título: Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Lia Temporal Malcher, Jaime Antunes da Silva, Eliana Furtado de Mendonça, José Maria Jardim- 3ª parte

Data: 05/08/1993

---

Nº: 756

Título: Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação

Lia Temporal Malcher, Jaime Antunes da Silva, Eliana Furtado de Mendonça, José Maria Jardim- 4ª parte

Data: 05/08/1993

---

Nº: 758

Título: Fórum Cultura e Valores no Universo do Efêmero da Moda . Subjetividade Moderna e a Sedução  
do Novo – Antônio C. Maia, José Carlos Rodrigues e Leda Tucherman – 1ª fita

Data: 08/12/1993

---



Nº: 759

Título: Fórum Cultura e Valores no Universo do Efêmero da Moda Fórum Cultura e Valores no Universo do Efêmero da Moda. Individualismo, Narcisismo e Contracultura – Luís Carlos Maciel, Maria Isabel M. De Almeida, Otávio de Souza, Maria Lúcia Dahl – 1ª parte

Data: 08/12/1993

---

Nº: 760

Título: Fórum Cultura e Valores no Universo do Efêmero da Moda. Individualismo, Narcisismo e Contracultura – Luís Carlos Maciel, Maria Isabel M. De Almeida, Otávio de Souza, Maria Lúcia Dahl – 2ª parte

Data: 08/12/1993

---

Nº: 766

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – Abertura

Data: 03/08/1994

---

Nº: 767

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Desenvolvimento de Políticas de Preservação de Documentos – 2ª parte

Data: 03/08/1994

---

Nº: 768

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Desenvolvimento de Políticas de Preservação de Documentos – 3ª parte

Data: 03/08/1994

---

Nº: 769

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Desenvolvimento de Políticas de Preservação de Documentos – 4ª parte

Data: 03/08/1994

---

Nº: 770

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – Gerenciamento de Programas de Documentos – 1ª parte

Data: 05/08/1994

---



Nº: 771

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Gerenciamento de Programas de Documentos – 2ª parte  
Data: 04/08/1994

---

Nº: 772

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Gerenciamento de Programas de Documentos – 3ª parte  
Data: 04/08/1994

---

Nº: 773

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - Gerenciamento de Programas de Documentos – 4ª parte  
Data: 04/08/1994

---

Nº: 774

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos - O Tratamento da Informação e Preservação de Documentos Especiais – 5ª parte  
Data: 04/08/1994

---

Nº: 775

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – A Participação das Tecnologias de Informação na Preservação de Documentos – 1ª parte  
Data: 05/08/1994

---

Nº: 776

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – A Participação das Tecnologias de Informação na Preservação de Documentos – 2ª parte  
Data: 05/08/1994

---

Nº: 777

Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – A Participação das Tecnologias de Informação na Preservação de Documentos – 3ª parte  
Data: 05/08/1994

---

Nº: 778



Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – A Formação e a Qualificação do Profissional na Preservação de Documentos – 4ª parte  
Data: 05/08/1994

---

Nº: 779  
Título: II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos – A Formação e a Qualificação do Profissional na Preservação de Documentos – 5ª parte  
Data: 05/08/1994

---

Nº: 799  
Título: Palestra – Janice Monte Mor – Conselho Estadual de Educação  
Data: 14/05/1984

---

Nº: 802  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 803  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 804  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 805  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 806  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 807



Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 808  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 809  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 810  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 811  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 812  
Título: I Encontro de Arquivologia do Rio de Janeiro – RIO ARQ  
Data: 26 a 28/11/2003

---

Nº: 813  
Título: Encontros com o Rio – Palestrantes: Marly Silva da Malta e Carlos Lessa  
Data: 28/03/1995

---

Nº: 814  
Título: Encontros com o Rio – Palestrante: Carlos Lessa – 2ª parte  
Data: 28/03/1995

---

Nº: 815  
Título: Encontros com o Rio – Palestrantes: Maria Alice Rezende de Carvalho e Renato Cordeiro Gomes  
– 3ª parte  
Data: 29/03/1995



Nº: 816

Título: Encontros com o Rio – Palestrantes: Renato Cordeiro Gomes – 4ª parte

Data: 29/03/1995

---

Nº: 817

Título: Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Imagem

Data: 19/08/2005

---

Nº: 818

Título: Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Imagem

Data: 19/08/2005

---

Nº: 819

Título: Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Imagem

Data: 19/08/2005

---

Nº: 820

Título: Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Imagem

Data: 19/08/2005

---

Nº: 821

Título: Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Imagem

Data: 19/08/2005

---

Nº: 822

Título: Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Imagem

Data: 19/08/2005

---

Nº: 823

Título: Palestra: O Fotógrafo e o Prefeito: Augusto Malta e o Rio de Pereira Passos – Regina Luz

Data: 19/10/2005

---



Nº: 824

Título: Palestra: O Fotógrafo e o Prefeito: Augusto Malta e o Rio de Pereira Passos – Regina Luz

Data: 19/10/2005

---

Nº: 826

Título: Palestra: Usos da História Oral

Ângela de Castro Gomes – 1º fita.

Data: 17/11/2005

---

Nº: 827

Título: Palestra: Usos da História Oral

Ângela de Castro Gomes – 2º fita.

Data: 17/11/2005

---

Nº: 828

Título: Palestra: A Avenida Central: a cidade republicana X a cidade colonial – Isabel Lustosa.

Data: 29/11/2005

---

Nº: 829

Título: Palestra: A Poética dos Arquivos Maurício Lissovski

Data: 14/12/2005

---

Nº: 830

Título: Palestra: Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro; os sentidos da escultura.

Palestrante: Paulo Knauss

Local: auditório AGCRJ – 1ª parte

Data: 25/01/2006

---

Nº: 831

Título: Palestra: Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro; os sentidos da escultura.

Palestrante: Paulo Knauss

Local: auditório AGCRJ – 2ª parte

Data: 25/01/2006

---

Nº: 832

Título: Palestra: Preservação Documental. Resgatar o passado, facilitar o acesso, construir o futuro.

Palestrante: Esther Caldas Bertolletti



Local: Auditório AGCRJ

Data: 03/05/2006

---

Nº: 833

Título: Palestra: As favelas cariocas. Percursos geográficos e históricos.

Palestrante: Maria Laís Pereira da Silva. Local: Auditório AGCRJ

1ª parte

Data: 17/05/2006

---

Nº: 834

Título: Palestra: As favelas cariocas. Percursos geográficos e históricos.

Palestrante: Maria Laís Pereira da Silva. Local: Auditório AGCRJ

2ª parte

Data: 17/5/2006

---

Nº: 835

Título: Palestrantes: Sr. Carlos Pallares e o arquiteto Afonso Ortiz.

Obs. Equatorianos palestrantes Sr. Carlos Pallares e o arquiteto Afonso Ortiz, membros do Fundo de Salvamento de Quito – FONSAL

1ª parte

Data: 02/05/2006

---

Nº: 836

Título: Palestrantes: Sr. Carlos Pallares e o arquiteto Afonso Ortiz.

Obs. Equatorianos palestrantes Sr. Carlos Pallares e o arquiteto Afonso Ortiz, membros do Fundo de Salvamento de Quito – FONSAL

1ª parte

Data: 02/05/2006

---

Nº: 837

Título: Palestrantes: Sr. Carlos Pallares e o arquiteto Afonso Ortiz.

Obs. Equatorianos palestrantes Sr. Carlos Pallares e o arquiteto Afonso Ortiz, membros do Fundo de Salvamento de Quito – FONSAL

1ª parte

Data: 02/05/2007

---

Nº: 838

Título: Palestra: O Rio de Janeiro: uma capital entre dois impérios.

Palestrante: Prof Drª Maria Fernanda Bicalho, Prof Drª em História da UFF - Drª em História Social pela USP

Obs. Há duas cópias em CD



**AGCRJ**



**Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

Data: 19/10/2005

---